



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Jacqueline Neis Mathias

**Representação cultural em sistemas universais de classificação: uma observação
de sistemas nacionais**

Florianópolis

2024

Jacqueline Neis Mathias

**Representação cultural em sistemas universais de classificação: uma observação
de sistemas nacionais**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Biblioteconomia do Campus Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a): Prof.(a) Camila Monteiro de Barros

Florianópolis

2024

Mathias, Jacqueline Neis

Representação cultural em sistemas universais de
classificação : uma observação de sistemas nacionais /
Jacqueline Neis Mathias ; orientadora, Camila Monteiro de
Barros, 2024.

27 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Biblioteconomia, Florianópolis,
2024.

Inclui referências.

1. Biblioteconomia. 2. Classificação Bibliográfica. 3.
Representação do conhecimento. I. Barros, Camila Monteiro
de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação
em Biblioteconomia. III. Título.

Jacqueline Neis Mathias

Representação cultural em sistemas universais de classificação: uma observação de sistemas nacionais

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bibliotecária e aprovado em sua forma final pelo Curso de Biblioteconomia.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) Camila Monteiro de Barros, Dr.(a)
Orientadora

Prof.(a) Ana Claudia Perpétuo de Oliveira, Dr.(a)
UFSC

Prof.(a) Patrícia da Silva Neubert, Dr.(a)
UFSC
Florianópolis, 2024

RESUMO

Este estudo aborda os principais sistemas de classificação bibliográfica utilizados no mundo, tanto os universais quanto os que foram adequados às necessidades e ao contexto da unidade de informação. Os sistemas de classificação mais amplamente utilizados globalmente são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Apesar de sua ampla adoção, críticas apontam que esses sistemas refletem vieses ideológicos e culturais de seus contextos de origem, sendo considerados inadequados para representar conhecimentos de culturas não ocidentais. No Brasil, estudos mostram como a CDD e a CDU sub-representam comunidades indígenas, quilombolas, religiões como Candomblé e Umbanda, além de reforçar estereótipos sobre mulheres e grupos marginalizados. Esses vieses suscitam a discussão sobre a necessidade de sistemas de classificação que reflitam a diversidade cultural e histórica do Brasil. O texto também explora experiências internacionais de desenvolvimento de sistemas de classificação, como a Chinese Library Classification (CLC), que reflete os valores do marxismo-leninismo; o Korean Decimal Classification (KDC), adaptado às particularidades coreanas; o Library-Bibliographical Classification (LBC), da Rússia, que integrou princípios marxistas; o SAB System, da Suécia, que valorizava especificidades locais antes da adoção parcial da CDD; e a Nippon Decimal Classification (NDC), no Japão, criada para atender às demandas culturais japonesas. Essas iniciativas ilustram a viabilidade de sistemas locais para a organização e o acesso ao conhecimento, evidenciando que a criação de um sistema de classificação bibliográfica brasileiro pode beneficiar a representatividade e a eficácia das bibliotecas no país.

Palavras-chave: Sistemas de Classificação de Bibliotecas; Aspectos Socioculturais da Representação do Conhecimento; Classificação Bibliográfica no Brasil.

ABSTRACT

This study addresses the main bibliographic classification systems used worldwide, including both universal systems and those adapted to the needs and contexts of specific information units. The most widely used classification systems globally are the Dewey Decimal Classification (DDC) and the Universal Decimal Classification (UDC). Despite their broad adoption, criticisms highlight that these systems reflect the ideological and cultural biases of their origins, making them inadequate for representing knowledge from non-Western cultures. In Brazil, studies reveal how the DDC and UDC underrepresent Indigenous and quilombola communities, as well as religions like Candomblé and Umbanda, while reinforcing stereotypes about women and marginalized groups. These biases raise the need for classification systems that reflect Brazil's cultural and historical diversity. The text also explores international experiences in the development of classification systems, such as the Chinese Library Classification (CLC), which reflects Marxist-Leninist values; the Korean Decimal Classification (KDC), tailored to Korean particularities; the Library-Bibliographical Classification (LBC) in Russia, which incorporated Marxist principles; the SAB System in Sweden, which prioritized local specificities before the partial adoption of the DDC; and the Nippon Decimal Classification (NDC) in Japan, designed to meet Japanese cultural demands. These initiatives demonstrate the feasibility of local systems for organizing and accessing knowledge, highlighting that the creation of a Brazilian bibliographic classification system could enhance both representativeness and the effectiveness of libraries in the country.

Keywords: Library Classification Systems; Social and Cultural Aspects of Knowledge Representation; Bibliographic Classification in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A organização do conhecimento em bibliotecas é uma prática fundamental para a democratização do acesso à informação. A escolha dos sistemas de classificação bibliográfica utilizados nas unidades de informação impacta significativamente a representatividade e a inclusão de diferentes culturas e saberes. Este trabalho tem como objetivo explorar os sistemas de classificação bibliográfica adotados por bibliotecas nacionais que não utilizam a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU). A relevância dessa investigação se dá pela necessidade de compreender como sistemas de classificação alternativos, desenvolvidos em diferentes contextos socioculturais, que levam em consideração a realidade do povo que acessa uma determinada unidade de informação, podem contribuir para uma representação mais justa e abrangente da diversidade cultural. A pesquisa visa levantar alguns sistemas de classificação bibliográfica criados e utilizados em diferentes países, destacando suas particularidades. Além disso, pretende-se discutir a questão da representatividade cultural na classificação bibliográfica brasileira, enfatizando os desafios enfrentados na inclusão de saberes de grupos historicamente marginalizados. A fundamentação teórica é construída a partir de uma revisão crítica da literatura acadêmica, que inclui a análise de estudos e documentos que abordam a relação entre classificação bibliográfica e a representatividade cultural.

Este trabalho se propõe, portanto, a contribuir para o debate sobre a necessidade de uma reformulação dos paradigmas de classificação, a fim de que se tornem mais inclusivos e representativos.

2 METODOLOGIA

A fundamentação teórica da presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma coleta e análise crítica de literatura acadêmica. A literatura selecionada para a composição do trabalho foi recuperada nas bases Biblos, Biblionline, SciELO, ISKO e em repositórios universitários nacionais e internacionais em buscas realizadas com as seguintes palavras-chave: Classificação Bibliográfica; Classificação nacional de bibliotecas; Classificação Decimal Dewey; Classificação Decimal Universal; Representação em sistemas de classificação; Representação do negro; Representação

da mulher; Representação do etnoconhecimento; Organização do conhecimento. Essa pesquisa resultou em sete artigos recuperados que foram utilizados para a fundamentação deste trabalho. Também foram realizadas buscas com palavras em inglês: Library classification system; National library classification; Library classification development; Library classification history. Essa pesquisa recuperou cinco artigos utilizados ao longo deste trabalho. Além das bases de dados citadas, foram os seguintes websites oficiais: ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO), Universal Decimal Classification Consortium, Online Computer Library Center (OCLC), Library of Congress Classification e Bliss Classification Association. Para a construção do embasamento teórico e a realização da análise, priorizamos a seleção de conteúdos produzidos no Brasil. As obras foram lidas na íntegra. Os sistemas de classificação de bibliotecas estrangeiras foram selecionados após análise dos sistemas descritos no website da ISKO, especificamente na ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO), que também disponibiliza as estruturas e classes da maioria desses sistemas. Foram selecionados os sistemas de classificação que têm uma quantidade satisfatória de bibliografia, levando em consideração os seguintes critérios: contexto histórico; motivação por trás da criação do sistema; eficiência e viabilidade do funcionamento do sistema quando aplicado em unidades de informação reais.

Conforme salientam Rodrigues e Neubert (2023), a metodologia científica é um conjunto de procedimentos que possibilita chegar ao objetivo desejado, e a descrição detalhada dos métodos e das fontes é essencial para a comprovação dos resultados por pares e para a reprodução em outras pesquisas. De acordo com as diretrizes estabelecidas por Rodrigues e Neubert (2023), que destacam a importância de um quadro que vincule os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos e os resultados esperados, foi elaborada a tabela abaixo para facilitar o monitoramento dos resultados a serem alcançados por este trabalho:

Objetivo	Procedimentos metodológicos	Resultados esperados
Levantar sistemas de classificação bibliográfica criados por outros países.	Seleção e análise de literatura relacionada à história e funcionamento dos sistemas de classificação nacionais; consulta a websites de bibliotecas públicas de diferentes países.	Um ou mais capítulos dedicados a explicar a origem e funcionamento dos sistemas de classificação selecionados.
Discutir a representatividade cultural no âmbito da classificação bibliográfica no Brasil.	Seleção e análise de literatura relacionada à representatividade de aspectos culturais e sociológicos relevantes ao contexto da sociedade brasileira em sistemas de classificação considerados universais.	Um ou mais capítulos dedicados a expor os problemas de representatividade enfrentados na classificação com sistemas considerados universais.

3 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO

Para garantir o bom funcionamento de uma unidade de informação, é necessário que os bibliotecários responsáveis utilizem um sistema de classificação bibliográfica, que será escolhido com base nas necessidades e especificidades da unidade de informação. A escolha do sistema de classificação adequado faz com que a unidade de informação possa atender às demandas de seus usuários de forma mais eficiente, considerando que a informação estará devidamente organizada e seguindo um padrão. Definido por Piedade (1983, p. 16), “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças” e entende-se que é uma ação necessariamente

discriminatória, pois o bibliotecário precisa decidir quais assuntos serão mais ou menos amplamente representados dentro de uma unidade de informação.

Os dois sistemas de classificação bibliográfica mais utilizados no mundo são: Classificação Decimal de Dewey (CDD), sendo usada em bibliotecas de mais de 138 países ao redor do mundo (OCLC, 2019); e Classificação Decimal Universal (CDU), utilizada em bibliotecas e serviços de documentação, bibliografia e informação em mais de 130 países, sendo publicada em mais de 40 línguas (UDC Consortium, 2024). A CDD foi criada pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey em 1873 e teve sua primeira publicação em 1876 (OCLC, 2019). Esse sistema se encontra hoje em sua vigésima terceira edição e também está disponível em sua versão online paga, a WebDewey (OCLC, 2024), organiza o conhecimento em dez áreas e seis tabelas que providenciam maior especificidade durante a classificação do assunto. Cada tabela possui regras determinando quando e onde podem ser utilizadas.

A CDU, por sua vez, foi desenvolvida pelo advogado belga Paul Otlet e seu colaborador Henry La Fontaine e sua primeira edição foi publicada gradativamente entre 1902 e 1907 (UDC Consortium, 2024). Ela se encontra hoje em sua edição MRF12 (Master Reference File), de dezembro de 2018 (UDC Consortium, 2024). A CDU organiza o conhecimento também em dez áreas, baseada na CDD, com suas próprias tabelas e símbolos para maior especificidade no momento da classificação.

Dentre outros sistemas de classificação existentes e amplamente utilizados, pode-se citar: Classificação da Biblioteca do Congresso, organizada alfabeticamente em 21 classes (The Library of Congress, 2024) e Classificação Bibliográfica de Bliss, também organizada alfabeticamente de A a Z (Bliss Classification Association, 2015). Após esta breve exposição dos sistemas de classificação mais utilizados no mundo e a noção que a classificação é necessariamente discriminatória, pode-se interpretar que existe uma possibilidade que esses sistemas fundados nos Estados Unidos e na Bélgica não se propõem a abranger com a devida importância assuntos fundamentais a outros países e regiões do globo. Com esse pensamento em mente, bibliotecários de diversos países foram movidos a desenvolver sistemas de classificação específicos para atender as necessidades de representação da informação que é relevante para os usuários de suas respectivas nações, como por exemplo: a China desenvolveu a

Chinese Library Classification (CLC), porque desejava que seu sistema de classificação fosse guiado pelo Marxismo-Leninismo e pela filosofia de Mao Zedong (Li, 1992). As bibliotecas públicas da Suécia rejeitaram o uso da CDD, dando preferência ao Swedish Classification System (SAB-System), por respeito às práticas de classificação que já eram aplicadas (Hansson, 1997). Esses sistemas serão apresentados ao longo do artigo.

Entende-se que esses países viram uma vantagem considerável em utilizar seus próprios sistemas de classificação bibliográfica ao invés de continuar utilizando a CDD e a CDU, portanto este trabalho tem como objetivo ponderar se o Brasil também se beneficiaria com a criação de um sistema de classificação bibliográfica próprio, considerando o tamanho, a diversidade cultural e a história do país.

4 REPRESENTATIVIDADE CULTURAL: CRÍTICAS À CDD E CDU

A representação cultural refere-se à forma como diferentes grupos, tradições e saberes são retratados, reconhecidos e organizados em diversas esferas da sociedade, incluindo sistemas de classificação do conhecimento. Trata-se de um processo que influencia a visibilidade e a valorização das identidades culturais, refletindo – ou distorcendo – as experiências, práticas e perspectivas de comunidades específicas. Em sistemas de organização do conhecimento, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), a representação cultural é fundamental para assegurar que a diversidade de vozes e narrativas esteja devidamente contemplada. Quando esses sistemas falham em capturar a multiplicidade de saberes, acabam perpetuando desigualdades, invisibilizando grupos e reforçando estereótipos. Reavaliar esses esquemas é mais do que uma questão técnica – é um compromisso com a justiça social e o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento, garantindo que todas as culturas tenham espaço e relevância nos registros informacionais.

Sistemas de classificação são produtos de suas épocas que, apesar de diversas atualizações, mantêm vieses ideológicos implícitos em suas estruturas por causa do período histórico e do contexto nos quais foram produzidos. (Simões, 2018). Dando

suporte a essa problemática, Miranda (2007) afirma que, em seu projeto em prol da organização de etnoconhecimento indígena e quilombola, “os instrumentos de representação e organização do conhecimento existentes não davam conta da indexação dos documentos do projeto”. O autor constatou, em visitas a outros centros de documentação do estado do Rio de Janeiro, que o problema persistia. Por causa desse modo “único” que a informação é classificada, o conhecimento gerado por comunidades indígenas e quilombolas acaba sendo desqualificado e sub-representado ou ainda ausente nas classificações. Por consequência, as comunidades afetadas por esse fenômeno de descredibilização acabam não sendo devidamente representadas (Miranda, 2007).

De acordo com Manhique e Casarin (2019), apesar das críticas presentes no âmbito da Ciência da Informação com relação à suposta neutralidade e o universalismo dos sistemas de organização em geral, eles seguem sendo aplicados em unidades de informação, sem antes considerar aspectos socioculturais da realidade na qual estão inseridos. Como exemplo de negligência na representação do conhecimento, observa-se que, na CDD, a literatura infantil é classificada “de forma generalista no item 028.5”, o que, por consequência, atribui pouco valor às crianças enquanto usuárias de informação (Manhique e Casarin, 2019).

No que diz respeito às mulheres sob a ótica da classificação, Simões (2018) faz uma análise da CDD e da CDU e afirma que, também por causa das raízes positivistas dos sistemas de classificação em evidência, “o gênero masculino é considerado como universal e genérico”, enquanto a mulher é representada de maneiras “reductoras da presença feminina no universo familiar, social e laboral” (Simões, 2018). Na CDD, Simões (2018) considera, ainda, que a mulher é representada de maneira depreciativa em algumas notações, especificamente na 391.2 e 704.042. Por outro lado, na CDU, Simões observa que o conceito “mulher” vem desaparecendo desde a edição de 1995, sendo representado em apenas 30% das classes. Apesar deste apagamento, Simões percebe que ainda existem termos estereotipados para a representação da mulher, como a notação 791-56, “Mulheres fatais”, e que a notação 396, específica para “Feminismo. Situação das mulheres”, deixou de existir a partir da edição de 2000, se tornando parte da subclasse 14 “Sistemas e pontos de vista filosóficos” (Simões, 2018).

Outro exemplo de tendenciosidade foi encontrado na CDD com relação à classe de Religião (200), “onde a abrangência da fé e das práticas cristãs é muito maior do que as outras” (Miranda, 2007). Ainda segundo Miranda, “a representação do Islã nos esquemas de classificação bibliográfica tem profunda relação com a construção de sua imagem pelo ocidente”, o que acaba construindo e disseminando uma imagem estereotipada e reducionista do que é realmente o Islã e os muçulmanos. Porém, este problema não afeta somente o Islã, mas também o Candomblé e a Umbanda, que podem ter sua organização e representação prejudicados por causa da estrutura da CDD (Miranda, 2021). Dando suporte à problemática das religiões, Silva (2018) afirma que, “Mesmo com a tentativa do sistema em equalizar algumas dimensões e almejar desenvolver categorias mais ‘inclusivas’”, a CDU dá preferência à representação do cristianismo e não faz menção direta ao Candomblé ou à Umbanda. Além disso, afirma que “a escolha da utilização da classe 299.672 Umbanda presente na CDD para representação implicaria a continuidade do preconceito dessas religiões”, solidificando a sub-representação em unidades de informação (Silva, 2018).

A última classificação problemática a ser contemplada neste capítulo é a posição do Turismo dentro da CDU. Momm e Lessa (2009) observam que o Turismo, dentro do contexto de classificação da CDU, é inserido na classificação de Lazer que, por sua vez, é uma subdivisão de Educação e Pedagogia, ilustrado pelo quadro 1.

QUADRO 1 Exemplo de conceitos da CDU

Ciências Sociais
30 Teoria das Ciências Sociais.
31 Demografia. Estatística. Sociologia.
32 Ciência Política.
33 Economia.
34 Direito.
35 Administração Pública.
36 Assistência Social. Seguros.
37 Educação. Pedagogia.
371 Organização do sistema de educação e ensino. Organização escolar.
372 Conteúdo e currículo na educação pré-escolar elementar.
373 Tipos de escola que ministram educação geral.
374 Educação e ensino fora da escola.
376 Educação, ensino, treinamento de grupos especiais de pessoas.
377 Ensino especializado. Instrução profissionalizante, técnica, profissional.
378 Educação superior.
379.8 Lazer.
379.85 Viagem de lazer, Turismo , Visitas a pontos turísticos.
39 Antropologia. Etnografia.

Quadro 1. Fonte: Dados da pesquisa de Momm e Lessa (2009).

A análise aos sistemas CDD e CDU revela uma série de limitações e vieses ideológicos que afetam a representatividade de diversos grupos étnicos, sociais e culturais. As evidências apresentadas pelos autores citados neste capítulo destacam como esses sistemas, embora considerados “universais”, falham em considerar a pluralidade do conhecimento produzido por parcelas historicamente marginalizadas da população brasileira. A desqualificação e a sub-representação desses conhecimentos resultam em uma organização do saber que perpetua estereótipos e desigualdades, ressaltando a necessidade de reavaliação e reformulação das práticas de classificação. Portanto, é objetivo deste trabalho propor que as unidades de informação adotem abordagens menos discriminatórias ao contexto brasileiro para garantir uma representação adequada do conhecimento produzido no país.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, abordaremos a história, motivação e utilização de cinco sistemas de classificação nacionais já analisados por outras autorias, são eles: Chinese Library Classification (CLC), Korean Decimal Classification (KDC), Library-Bibliographical Classification (LBC), SAB System e Nippon Decimal Classification (NDC). Cada um desses sistemas reflete a cultura e a evolução do conhecimento em suas nações e demonstra como a informação é organizada e acessada em diferentes contextos sócio-culturais.

5.1 CHINA

A história da classificação na China é muito antiga; bibliotecas já existiam no país antes da invenção do papel; o primeiro sistema de classificação encontrado na China data de 26 a.C. (Li, 1992). Essa organização era valorizada pelos líderes chineses pois acreditavam que o conhecimento intelectual era imprescindível para governar seus territórios com eficácia. Li (1992) categoriza os períodos de desenvolvimento dos sistemas de classificação na China em três momentos: antigo, moderno e contemporâneo. Para os objetivos deste trabalho, o foco recai sobre os períodos moderno e contemporâneo, de 1840 até 2024.

A Guerra do Ópio (1840) marcou o início da era moderna na história chinesa, fazendo o país transicionar de uma sociedade feudal para uma sociedade semi-feudal e semi-colonial (Li, 1992). Acadêmicos e ativistas políticos da época julgaram que o sistema feudal aprisionava a sociedade, tornando-a fraca e retrógrada. Esses acadêmicos e ativistas políticos chegaram à conclusão que era fundamental educar as massas e tornar os livros acessíveis a todos, o que trouxe uma nova perspectiva sobre a importância da biblioteca na sociedade (Li, 1992). Ao fim dessa reavaliação, chegou-se à conclusão que as classificações antigas precisavam de alterações caso quisessem se manter em relevância e utilidade. O propósito das classificações antigas não tinham o acesso das massas e a educação geral em mente, e sim para servir os propósitos políticos e pessoais de imperadores (Li, 1992).

Li (1992) relata que, durante a década de 1900, os bibliotecários utilizavam os sistemas antigos e improvisavam soluções “caseiras” para as dificuldades de classificação que encontravam. Isso mudou quando, em outubro de 1949, a China se tornou uma república e o governo encorajou a criação de um novo sistema de classificação que se adequaria às novas demandas informacionais da sociedade, seguindo principalmente a filosofia do Marxismo-Leninismo e Mao Zedong (Li, 1992). Em 1959, esse sistema unificado foi desenvolvido em colaboração com 36 bibliotecas chinesas, originando a CLC, que é até hoje, desde a publicação de sua terceira edição, em 1990, o sistema de classificação padrão utilizado na China.

Levando em consideração o que é importante para a sociedade chinesa, na CLC, a primeira classe principal desse sistema é “Marxismo-Leninismo e pensamento de Mao Zedong” (Li, 1992). A estrutura da CLC é uma mistura do alfabeto chinês (Pinyin, indicando classes principais) e numerais arábicos (herdados da influência da CDD, indicando subdivisões) utilizados de forma decimal ou sequencial. Na figura 1, pode-se observar as classes principais desse sistema.

5 main categories	22 classes
Marxism, Leninism, and Mao Zedong Thought; Deng Xiaoping's Theories	A Marxism, Leninism, and Mao Zedong Thought; Deng Xiaoping's Theories
Philosophy, Religion	B Philosophy, Religion
Social Sciences	C General Social Science D Politics, Law E Military F Economy G Culture, Science, Education, Sports H Language, Linguistics I Literature J Art K History, Geography
Natural Sciences	N General Natural Science O Mathematics and Chemistry P Astronomy, Earth Science Q Biology R Medicine, Health S Agricultural Science T Industrial Technology U Transportation V Aeronautics, Astronautics X Environmental Science, Safety Science
General Reference Works	Z General Reference Works

Figura 1. Fonte: ISKO, 2019

Li (1992) também aponta que, de acordo com pesquisas conduzidas pelos compiladores dos livros “A general survey of public libraries in China” (1982) e “A brief introduction to college and university libraries in China” (1984), de 3882 bibliotecas pesquisadas, 3557 utilizavam a CLC ou algum tipo de classificação semelhante à CLC, indicando que a criação e implementação do sistema foi um sucesso.

5.2 COREIA DO SUL

O KDC é o sistema de classificação padrão da Coreia do Sul, publicado e mantido pelo Comitê de Classificação da KLA (Associação de Bibliotecas da Coreia), sendo utilizado pela maioria das bibliotecas públicas e escolares, e muitas bibliotecas acadêmicas do país (Oh, 2012). Esse sistema foi influenciado pelos sistemas de classificação japoneses por causa da ocupação japonesa no território coreano de 1910 a 1945, que afetou todos os aspectos da vida na Coreia, não apenas o âmbito das bibliotecas. A figura 2 mostra as classes principais presentes na KDC.

000 General works	500 Technology
100 Philosophy	600 Arts
200 Religion	700 Language
300 Social sciences	800 Literature
400 Natural sciences	900 History

Figura 2. Fonte: ISKO, 2021

Na figura 3, pode-se observar a tabela auxiliar de áreas geográficas, línguas, literatura e história da KDC.

Mnemonic Tables		Main Classes in Schedule		
Areas	Languages	700 Language	800 Literature	900 History
-11 Korea	-1 Korean	710 Korean	810 Korean	911 Korea
-12 China	-2 Chinese	720 Chinese	820 Chinese	912 China
-13 Japan	-3 Japanese	730 Japanese	830 Japanese	913 Japan
-24 UK	-4 English	740 English	840 English	924 UK
-25 German	-5 German	750 German	850 German	925 German
-26 France	-6 French	760 French	860 French	926 French
-27 Spain	-7 Spanish	770 Spanish	870 Spanish	927 Span
-28 Italy	-8 Italian	780 Italian	880 Italian	928 Italy

Figura 3. Fonte: ISKO, 2021

Na figura 4, os números que a KDC utiliza para classificação de religiões.

Religions	Base No.	-1 Doctrine	-2 Founder	-3 Source	-4 Life	-5 Miss.	-6 Org.	-7 Worship	-8 Sect
Buddhism	22	221	222	223	224	225	226	227	228
Christianity	23	231	232	233	234	235	236	237	238
Taoism	24	241	242	243	244	245	246	247	248
Chondoism	25	251	252	253	254	255	256	257	258
[Unassigned]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hinduism, ...	27	271	272	273	274	275	276	277	278
Islam, ...	28	281	282	283	284	285	286	287	288

Figura 4. Fonte: ISKO, 2021

Segundo Oh (2012), após a independência da Coreia em 1945, os bibliotecários do país estavam determinados a desenvolver suas próprias ferramentas de controle bibliográfico e catalogação, inclusive sistemas de classificação e regras de catalogação. Com esse interesse em mente, foram criados vários sistemas, e os três mais utilizados nessa época foram: KDC (Korean Decimal Classification), Han-Un Decimal Classification e Kuk-Yeon Decimal Classification, sendo o KDC o mais utilizado durante a década de 1950 pelas bibliotecas coreanas, apesar de suas notações serem limitadas a no máximo quatro dígitos (Oh, 2012).

O editor da KDC, Bong-Suk Park, desapareceu durante a Guerra da Coreia e, por causa disso, o sistema não foi revisado numa frequência apropriada, fazendo o sistema ser cada vez menos utilizado no final da década de 50. Nessa época, Oh (2012) diz que começou a surgir um interesse por parte das bibliotecas coreanas na CDD, mas os bibliotecários daquela época tinham dificuldade em aplicar a CDD em suas bibliotecas, por conta desse sistema não se adaptar a características específicas das coleções coreanas. Por esse motivo, a KLA pediu que os bibliotecários desenvolvessem um novo sistema de classificação para as bibliotecas do país (Oh, 2012). Em 1964, como resultado do esforço cooperativo entre as bibliotecas durante mais de um ano, a primeira edição da KDC foi publicada e recebeu revisões periodicamente, tendo sua versão mais recente publicada em 2009. Oh (2012) também informa que, de acordo com pesquisas não-oficiais realizadas em bibliotecas na Coreia,

a maioria das bibliotecas no país continuam utilizando a KDC, e que não há previsão de mudança nesse aspecto. Esse dado é confirmado pela tabela disponibilizada pela ISKO, atualizada com dados até o ano de 2018 (Figura 5).

System	1986		2009		2018	
	CJK Collection	Western Collection	CJK Collection	Western Collection	CJK Collection	Western Collection
KDC	97.7% (84)	80.3% (49)	99.1% (541)	97.8% (534)	99.5% (1,002)	99.3% (1,000)
DDC	0% (0)	8.2% (5)	0.2% (1)	1.5% (8)	0.2% (2)	0.5% (5)
Others	2.3% (2)	11.5% (7)	0.7% (4)	0.7% (4)	0.3% (3)	0.2% (2)
Libraries Surveyed	86	61	546		1,007	

Figura 5. Fonte: ISKO, 2021

O KDC, como sistema de classificação padrão da Coreia do Sul, exemplifica a importância de desenvolver ferramentas adaptadas às necessidades culturais de um país. Sua evolução demonstra que a construção de uma classificação própria é possível e importante para a eficácia e relevância das bibliotecas. A persistência do KDC nas bibliotecas sul-coreanas reflete a capacidade desse sistema de se adaptar e responder às demandas específicas de sua sociedade.

5.3 RÚSSIA

O LBC é o sistema de classificação que foi criado entre 1958 e 1968 na antiga União Soviética, e é utilizado até hoje na Rússia, e o começo da sua criação, entre 1918 e 1939 foi complicado porque o primeiro interesse para o surgimento do LBC foram de pessoas privadas ao invés de equipes científicas, e por esse motivo raramente era desenvolvido até a primeira ou segunda classe (Sukiasyan, 2008). Em 1958, o projeto pôde finalmente começar a ganhar força, quando um grupo de entusiastas liderados por O.P Teslenko solicitaram à LSL (Biblioteca Estatal Lenin da URSS) que permitisse que o grupo continuasse trabalhando em um sistema de classificação para uma das “maiores bibliotecas do país”, e esse objetivo foi apoiado pelo ministério da cultura da URSS. Uma equipe com mais de 500 pessoas foi formada para que a primeira edição da LBC fosse desenvolvida, em um período de oito anos (de 1960 até 1968) com um total de 14217 páginas (Sukiasyan, 2008).

Assim que o LBC foi publicado, artigos foram escritos a respeito do sistema, com foco na relevância que o sistema dava para o Marxismo-Leninismo, o que chamou atenção de muitos países socialistas, incluindo a Bulgária, Vietnã e Tchecoslováquia, que se empenharam em traduzir o LBC para suas línguas. Em 1977, foram criadas tabelas específicas para bibliotecas escolares e infantis, foram rapidamente traduzidas para mais de 50 línguas (Sukiasyan, 2008).

Na década de 1990, com o fim da União Soviética, algumas repúblicas que faziam parte da União passaram a classificar seus acervos utilizando a CDU, enquanto outros países optaram por manter o LBC, apesar das suplementações e revisões terem praticamente parado nesse momento. Além disso, Sukiasyan (2008) diz que a seção de Marxismo-Leninismo foi removida, e seu conteúdo foi transferido para as seções de história, filosofia e economia política, e a primeira classe se tornou “Conhecimento Científico Geral e Interdisciplinar”, além da publicação de tabelas editáveis para bibliotecas públicas, permitindo que essas bibliotecas pudessem mudar os seus catálogos caso encontrassem dificuldades em revisões ideológicas. Segundo Sukiasyan (2008), LBC foi considerado pela ISKO como um grande feito tanto para a teoria quanto para a prática dentro de bibliotecas. Sukiasyan (2008) também considera que o LBC segue retendo sua importância e cumprindo com a sua função, sendo utilizado na Rússia até hoje em mais de 90% das bibliotecas do país.

Nas classes e subdivisões do LBC são utilizados elementos do alfabeto cirílico e numerais arábicos, como ilustrado na figura 6.

1		Foreword to the LBC. Introduction
2	A	Marxism-Leninism
3	Б/В	Natural sciences as a whole. Physico-mathematical sciences
4	Г	Chemical sciences
5	Д	Earth sciences (geodesical, geophysical, geological, and geographical sciences)
6	Е	Biological sciences
7, part 1	Ж	Engineering and technology as a whole
7, part 2	З	Energetics. Radioelectronics
8	И/К	Mining engineering. Technology of metals. Machine building. Instrument making
9, part 1	Л	Chemical technology. Chemical and food industry
9, part 2	М	Technology of felled timber. Consumer goods industry. Printing production. Photographic and cinematographic engineering
10	Н	Building industry
11	О	Transport industry
12	П	Agricultural industry and forestry. Agricultural and forestry sciences
13	Р	Public health. Medical sciences
14, part 1	С/Т	Social sciences as a whole. History. Historical sciences
14, part 2		History. Historical sciences. ТЗ(2) History of the USSR
14, part 3		History. Historical sciences. ТЗ(4/9) Foreign history
14, part 4		History. Historical sciences. Т4 Archeology. Т5 Ethnography
15	У	Economics. Economical sciences
16	Ф6/7	Political parties. Other socio-political organizations [In the first edition of the LBC, no other subdivision of political science was covered]
17	Х	State and law. Juridical sciences
18	Ц	Military science. Art of war
19	Ч	Culture. Science. Enlightenment
20	Ш	Philological sciences. Belles-lettres
21	Щ	Art. Art studies
22	Э	Religion. Atheism
23	Ю	Philosophical sciences. Psychology
24	Я	Universal content literature
25		Tables of standard subdivisions

Figura 6. Fonte: ISKO, 2019

5.4 SUÉCIA

Hansson (1997) examina os motivos pelos quais as bibliotecas públicas na Suécia optaram por não adotar o sistema de classificação Dewey no passado, preferindo continuar com o SAB System (Sistema de Classificação de Bibliotecas da Suécia) até o ano de 2008 (Nilsson, 2021). Hansson explica que o SAB System foi desenvolvido especificamente para atender às necessidades culturais, linguísticas e sociais suecas, tornando-se um componente central da identidade bibliotecária do país.

O autor salienta que a escolha de manter o SAB System estava profundamente enraizada na tradição das bibliotecas públicas suecas, que buscavam oferecer serviços inclusivos, adaptados às suas comunidades locais, pois a CDD foi considerada menos flexível e menos capaz de refletir os contextos e demandas específicas das bibliotecas suecas. Hansson (1997) destaca que, além de questões culturais, houve razões práticas, como os altos custos e as complexidades da implementação da CDD, bem como a percepção de que esse sistema seria mais restritivo em sua categorização.

No ano de 2008, a Biblioteca Nacional da Suécia (KB) tomou a decisão de começar a utilizar a CDD no lugar do SAB System (Nilsson, 2021). O motivo da

decisão, explica Nilsson (2021), é que a troca do sistema de classificação auxiliaria as bibliotecas suecas a estarem mais eficientemente integradas às outras bibliotecas do continente europeu, que já utilizavam a CDD. Outro motivo salientado por Nilsson (2021) é que a CDD recebe novas edições e revisões regularmente. Essa mudança, porém, é observada em bibliotecas universitárias, visto que Nilsson (2021) explica que algumas bibliotecas públicas na Suécia continuam utilizando o SAB System para classificar suas coleções.

5.5 JAPÃO

A Classificação Decimal Nippon (NDC) é o sistema padrão de classificação de bibliotecas no Japão (ISKO, 2020). Antes da criação do NDC, cada biblioteca japonesa tinha seus próprios sistemas de classificação, e a primeira edição do NDC foi desenvolvida em 1929, tornando-se o sistema padrão nas bibliotecas japonesas após a Segunda Guerra Mundial. Após essa padronização, o número de usuários nas bibliotecas do Japão começou a aumentar (ISKO, 2020).

Em agosto de 1929, Kiyoshi Mori publicou a primeira edição da NDC, baseada em um rascunho de 1928. Em 1942, a NDC já se encontrava em sua quinta edição. Ainda de acordo com a ISKO, estatísticas a respeito da utilização da NDC apareciam nas introduções de cada edição; a segunda edição, de 1931, mostrou que 25 bibliotecas haviam aderido ao uso da NDC, a terceira edição, de 1935, mencionou “mais de 100” (Mori, 1935) e a quinta edição, de 1942, afirma que “mais de mil bibliotecas estão utilizando a NDC para a organização de livros” (Mori, 1942), mas a ISKO considera essa afirmação “um pouco suspeita” (ISKO, 2020).

Após a Segunda Guerra Mundial, as bibliotecas japonesas foram reconstruídas e discussões foram levantadas a respeito da padronização da classificação das bibliotecas japonesas, levando à recomendação da NDC e aprovação desse sistema como classificação padrão de bibliotecas no Japão. Mori também se tornou um membro do Comitê de Classificação criado pela Associação de Bibliotecas do Japão (JLA). A sexta edição da NDC foi publicada pela JLA e por Mori em 1950, a sétima edição em 1961, e a oitava edição em 1978. Das décadas de 50 a 70, bibliotecas japonesas de

todos os tipos (públicas, escolares e acadêmicas) começaram a surgir em maior número, e muitas delas adotaram a NDC como sistema de classificação (ISKO, 2020).

De acordo com pesquisas da JLA em 1964, 92% das bibliotecas públicas, 68% das bibliotecas universitárias e 89% das bibliotecas acadêmicas haviam adotado a NDC (Mori, 1966). Em 1972, esses números aumentaram para 95% das bibliotecas públicas, 83% das bibliotecas universitárias e 98% das bibliotecas acadêmicas (Mori, 1982).

No final do século XX, a CDD e outros sistemas de classificação começaram a adotar notações e análises facetadas, mas a NDC permaneceu sendo um sistema enumerativo simples. Em sua décima edição, a NDC enfrenta problemas com categorias estranhas e subdivisões ultrapassadas (ISKO, 2020).

A NDC é um sistema de classificação enumerativo em notação decimal, com tabelas auxiliares, subdivisões, tratamento de forma, localização geográfica, línguas, períodos históricos e outros aspectos. Esse sistema é um produto do estudo de classificações estrangeiras da época em que foi criada, como a CDD e a Tabela Cutter (ISKO, 2020). Na figura 7, pode-se observar as classes principais da NDC em sua primeira edição e na décima edição, de 2014.

NDC1 (1929)	NDC10 (2014)
0 General Works	0 General works
1 Spiritual sciences	1 Philosophy
2 Historical sciences	2 History
3 Social sciences	3 Social sciences
4 Natural science	4 Natural sciences
5 Technology	5 Technology
6 Productive arts	6 Industry
7 Fine arts	7 The arts
8 Science of Language	8 Language
9 Literature	9 Literature

Figura 7. Fonte: ISKO (2020)

Segundo a ISKO (2020), a NDC também possui duas versões eletrônicas: o formato MRDF (Machine-Readable Data File) e o formato NDC Data (Linked Data Format) para uso experimental.

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos sistemas de classificação bibliográfica nacionais e a discussão sobre a representatividade cultural revelam a viabilidade de desenvolver um sistema de classificação específico para o Brasil. Ao longo da pesquisa, foram identificadas diversas iniciativas internacionais que priorizam as características culturais e sociais de suas sociedades, demonstrando que a adaptação e a criação de sistemas de classificação próprios são não apenas possíveis, mas também benéficas para a organização do conhecimento local.

Um dos principais resultados obtidos foi a reunião de informações sobre sistemas de classificação de países como a Rússia, Suécia, Japão, Coreia do Sul e China, que são exemplos de como sistemas de classificação podem ser moldados para atender às necessidades específicas de suas comunidades. Essas iniciativas mostram que, ao incorporar valores, história e cultura locais, é possível criar uma estrutura de classificação que não apenas organiza a informação, mas também prioriza aspectos importantes para a sociedade local.

O sucesso de sistemas de classificação dos outros países observados ao longo deste trabalho, que foram desenvolvidos a partir das necessidades específicas de suas sociedades, oferece um modelo inspirador para o Brasil. Essas experiências demonstram que a construção de um sistema que respeite e reflita a pluralidade cultural brasileira é viável e desejável. O envolvimento de bibliotecários, acadêmicos e representantes de comunidades diversas nesse processo pode garantir que o novo sistema de classificação aborde as particularidades e as demandas de mais vozes presentes na nossa sociedade.

Por fim, a possibilidade de criação de um sistema de classificação específico para o Brasil se apresenta como uma oportunidade de transformação significativa na maneira como a informação é organizada e acessada. Com o avanço das discussões sobre diversidade e inclusão nas bibliotecas, abre-se um espaço para que propostas que reflitam a complexidade e a riqueza da cultura brasileira ganhem força. Esse sistema não apenas melhoraria a organização do conhecimento, mas também poderia servir como um instrumento de empoderamento para grupos historicamente

sub-representados, assegurando que suas vozes e histórias sejam devidamente reconhecidas e valorizadas no contexto informacional.

Em suma, a criação de um sistema de classificação bibliográfica que reflita a diversidade e as especificidades culturais do Brasil é não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade que pode trazer benefícios significativos para a sociedade. O desafio agora reside em unir esforços, promover diálogos e engajar a comunidade na construção de um sistema que atenda verdadeiramente às demandas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. V.; BRUNA, D.; SALES, W. N. Classificação: uma análise comparativa entre a classificação decimal universal - cdu e a classificação decimal de dewey – cdd. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 2, 2011.

Bliss Classification Association : BC2 : History & description. Disponível em: <<https://www.blissclassification.org.uk/bchist.shtml>>.

DA GRAÇA SIMÕES, Maria et al. Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito?. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 2, 2018.

DE MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti; COSTA, Deniz; DA SILVA, Fabio Gomes. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO RELIGIOSO: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO CANDOMBLÉ, DO ISLAMISMO E DA UMBANDA EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. **o sagrado**, p. 21. 2021.

EKEROTH NILSSON, Oscar; GRUNDBERG, Jakob. SAB eller DDC: En studie i bibliotekaries åsikter kring klassifikation. 2021.

HANSSON, Joachim. Why public libraries in Sweden did not choose Dewey. **KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 24, n. 3, p. 145-153, 1997.

Introduction to the Dewey Decimal Classification. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.oclc.org/content/dam/oclc/dewey/versions/print/intro.pdf>>.

Korean Decimal Classification (IEKO). Disponível em: <<https://www.isko.org/cyclo/kdc#3>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

LI, Liya. **A history of Chinese library classification: 1949-1991**. Southern Illinois University at Carbondale, 1992.

LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress classification outline - classification - cataloging and acquisitions (Library of Congress)**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/catdir/cpsol/lcco/>>.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto; CASARIN, Helen de Castro Silva. Abordagem cultural da organização do conhecimento na ciência da informação brasileira. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 56, p. 01-20, 2019.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 8, 2007.

MOMM, Christiane Fabíola; LESSA, Rafael Orivaldo. Sistema de classificação bibliográfica e a conceituação do turismo: uma visão da CDU. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, p. 141-154, 2009.

MORI, Kiyoshi. Nippon Decimal Classification: A Classification and Index for Japanese, Chinese and Foreign Books. Terceira edição revisada e expandida. 1935.

MORI, Kiyoshi. Nippon Decimal Classification: A Classification and Index for Japanese, Chinese and Foreign Books. Quinta edição revisada e expandida. 1942.

MORI, Kiyoshi. How to use the NDC. Tokyo: Japan Library Association. 1966.

MORI, Kiyoshi. A Guide to the Nippon Decimal Classification (NDC入門). Tokyo: Japan Library Association. 1982.

OCLC. **WebDewey**. Disponível em: <<https://www.oclc.org/en/dewey/webdewey.html>>.

OH, Dong-Geun. Developing and maintaining a national classification system, experience from Korean decimal classification. **KO KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 39, n. 2, p. 72-82, 2012.

PIEIDADE, Maria Requião. **Introdução a teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. p. 9-145.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, P. da S. Introdução à pesquisa bibliográfica. **Florianópolis: Editora da UFSC**, 2023.

SILVA, Márcio Ferreira da. A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: Uma análise crítica da umbanda. 2018.

SUKIASYAN, E. R. Library-Bibliographical Classification (LBC): General characteristics and basic functions and prospects for development. **Scientific and Technical Information Processing**, v. 35, n. 1, p. 55-61, 2008.

UDC Consortium. Disponível em: <<https://udcc.org/index.php>>.

UMBELINO, M.; AGANETTE, E. C. Classificação decimal de dewey: algumas motivações e justificativas de uso pela rede de bibliotecas da UFMG. **Biblionline**, v. 13, n. 3, 2017.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de garantias.** 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.